

Alexandre Garcia

"Perguntaram ao contribuinte se gostaria que parte de seu imposto fosse para a propaganda eleitoral?"

Fundo ilegítimo

Deputados e senadores aprovaram a quase triplicação do fundo eleitoral. O presidente diz que vai vetar, sancionando a Lei de Diretrizes Orçamentárias sem esse jabuti. Foi um escárnio; enquanto em 2020 e 2021 a economia vai ter um saldo de crescimento de 1,1% (encolhimento de 4,1% do PIB no ano passado e expansão esperada

de 5,2% neste ano) e o salário mínimo previsto na mesma LDO sobe menos de 5%, o dinheiro dos impostos destinado às campanhas eleitorais se multiplica por três.

O jabuti foi posto no galho do orçamento da Justiça Eleitoral; não conseguiram votar em separado e entrou tudo na votação por lideranças,

na Câmara; no Senado pegou carona com a aprovação da LDO de última hora, pelo placar de 40 a 33. Quem votou diz que não votou, quem conduziu diz que só conduziu, mas o jabuti ficou lá, aprovado pelo Congresso Nacional, que é o responsável por isso, já que não foi o acaso nem jabuti sobe em árvore.

Agora, é fazer a tradicional pergunta: a quem interessa? O campeão de verba nessa enxurrada seria o PT, com R\$ 600 milhões — e é o partido que mais deve estar com crise de abstinência, com tor-

neiras fechadas na Petrobras, empreiteiras, ministérios, bancos oficiais... mas a verdade é que isso interessa aos partidos. E não é só. O Senado recriou a propaganda partidária no último dia 14: serão R\$ 527 milhões para o ano que vem, antes mesmo das convenções. E tramita um projeto que permite candidaturas de gestores com contas reprovadas, enfraquecendo mais a Lei da Ficha Limpa. Na Câmara, está em regime de urgência um projeto para eximir da cláusula de barreira partidos sem voto.

Será que isso interessa aos milhões

de brasileiros que tiveram sua renda, seu emprego, suas lojas, suas indústrias, seus empreendimentos prejudicados pelo vírus? Ou só interessa aos políticos e seus partidos, visando à eleição do ano que vem? Perguntaram ao contribuinte se gostaria que parte de seu imposto fosse para a propaganda eleitoral? O atual presidente se elegeu com tão pouco; por que querem tanto? O poder emana do povo e só é legítimo quando reflete a vontade desse mesmo povo. Foi vontade do povo triplicar o fundo eleitoral?

PODER / A pedido do governo, corporação solicita ao Supremo Tribunal Federal investigação do deputado por suposta denúncia caluniosa que atinge o presidente Jair Bolsonaro. Parlamentar aponta retaliação e enfatiza não ter acusado o chefe do Executivo

PF aciona STF contra Miranda

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido para que o deputado Luis Miranda (DEM-DF) seja investigado por eventual denúncia criminosa contra o presidente Jair Bolsonaro. A suspeita em relação ao parlamentar partiu de uma notícia-crime apresentada pelo ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, ao titular da pasta da Justiça, Anderson Torres, que delegou a tarefa à corporação.

A PF entende que o caso se enquadra nos fatos já em apuração no inquérito aberto contra Bolsonaro, em tramitação no STF. A relatora, ministra Rosa Weber, é quem decidirá se atende ao pedido da corporação e

inclui Miranda nas apurações.

O deputado e o irmão dele, o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda, denunciaram esquema de corrupção no contrato de compra da vacina indiana Covaxin, fechado pela pasta. Eles disseram ter relatado as irregularidades a Bolsonaro, que se comprometeu a acionar a PF, mas não o fez. Devido a isso, o mandatário está sendo investigado por prevaricação. Ele alega ter levado o caso ao então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que não tem competência para averiguar a existência de fraude.

Na avaliação da corporação, o pedido tem ligação com "a hipotética ciência das irregularidades no processo de compra da vacina e a tomada de providências por parte do presidente da Repúbli-

ca, mas em vertentes opostas".

O delegado Leopoldo Soares Lacerda, do Serviço de Inquéritos da PF, aponta conexões entre os dois episódios. Ele solicita que, se a ministra entender não haver correlação, avalie a necessidade de abertura de um novo inquérito ou arquivamento do pedido contra Miranda. "Se a omissão realmente ocorreu, estará descartada a hipótese de denúncia caluniosa. Caso contrário, se não ocorreu a ale-

Sem provas

Na semana passada, em depoimento à Polícia Federal, Luis Ricardo Miranda afirmou não ter mais as mensagens que provariam a pressão sofrida por ele para liberar a importação da Covaxin. O servidor alegou, na oitiva, ter trocado de aparelho celular.

gada omissão, a denúncia caluniosa, também em tese, pode se caracterizar", escreveu.

Na hipótese de o Supremo autorizar, as investigações poderiam resultar na abertura de ação penal contra Miranda, se alguma ilegalidade for comprovada.

O deputado considerou um "absurdo" o pedido e disse ver "clara retaliação do governo". "Esse entendimento, além de não ser jurídico, não tem embasamento jurídico nenhum, tendo em vista

que, primeiro, nós não denunciávamos o presidente; não denunciávamos prevaricação de ninguém. Pelo contrário, denunciávamos ao presidente suspeitas de desvio de conduta por parte de servidores em um contrato de importação de vacinas. Exclusivamente isso. Repetimos isso na CPI (da Covid)", argumentou. "A decisão se o presidente deveria ter feito algo ou não, se prevaricou ou não, isso não cabia a nós, e não nos coube, não fomos nós que denunciávamos. Foram os próprios senadores que encaminharam ao Supremo um pedido para que se investigasse o presidente. Então, como eu poderia responder, por denúncia caluniosa?"

De acordo com Miranda, o pedido é uma tentativa de intimidação, "de tentar calar testemunha, já que a imprensa já sabe que eu

tenho todas as provas de que eles conseguiram calar meu irmão". "Não sei se meu irmão se acovardou, ou se de fato **ele não tem**. Mas eu tenho todas, porque ele encaminhou para mim. E agora eles partem para cima de mim. E ninguém faz nada."

O parlamentar levantou suspeita sobre o ministro da Justiça. "Logo o Anderson Torres, que é candidato a deputado federal no mesmo estado, no DF". "Quer dizer, o ministro da Justiça, que é meu concorrente nas próximas eleições, porque a base dele é segurança pública, que é a mesma que a minha, para ele é muito conveniente essa ação dele. Mas confio na Justiça, na PF, e tenho certeza de que não prosperará a atitude mau-caráter de algumas pessoas." (Colaborou Sarah Teófilo)

Chamada Instituto Cultural Vale 2021

Produtores culturais, participem do nosso edital nacional.

A Chamada é uma iniciativa do Instituto Cultural Vale que seleciona projetos a serem patrocinados com recursos via Lei Federal de Incentivo à Cultura.

O objetivo é contribuir para a produção cultural e movimentar a economia criativa em todo o território nacional.

Inscreva seu projeto até 13 de agosto.

Onde tem cultura, a Vale está.

Inscreva-se em institutoculturalvale.org

Inscreva-se do dia 15/07 a 13/08 institutoculturalvale.org

INSTITUTO CULTURAL VALE